

Capítulo 3

O protagonismo de mulheres na cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (Coopercuc)

Áquila Silva de Almeida

Jussara Dantas de Souza

Lays Gonçalves Santos

Aluísio Sampaio Neto

João Ricardo Ferreira de Lima

1. INTRODUÇÃO

Aqui nesse sertão farto de encantos e prantos;/feito de céu e chão rasgado;/sol e imensidão;/refugiam-se as Marias, as Juvitas, as Severinas;/exímias senhoras de calejadas mãos;/forjadas à luta não fogem a labuta nesta terra de cão;/alma serena peito aberto e pés no chão;/rebentam fronteiras e sem temer a dor que desespera vão teando seus destinos a mãos;/prenhes de esperança e em ancha devoção;/embrulham o diabo da ilusão e sonham dominar o mundo;/nas manhãs e tardes dos dias nossos;/ debaixo de um escaldante sol;/a lágrima e o suor encharcam o chão;/e cumprindo a dura sina;/desta vida severina;/vagam-lumes nossas senhoras;/a plantar as sementes, regar suas flores/nesse sertão (fé)rtil;/que é vida e cais e pão.²

O processo de dominação patriarcal em curso na sociedade tem, historicamente, estruturado a reprodução de inúmeras iniquidades, sobretudo, situações de exploração e opressão sobre as mulheres. Essas injustiças, enfrentadas coletivamente, configuram-se como um problema comum às mulheres, à sua condição de gênero e, portanto, devem ser entendidas como um problema político e social. Tal sistema de dominação, que tem orientado ideologicamente a construção das relações de gênero e a definição dos papéis e lugar social de homens e mulheres, é legitimador de desigualdades que resultam em condições de vida e de trabalho bastante desiguais entre homens e mulheres, ocupando um lugar de subalternidade na sociedade (KERGOAT, 1996; SAFFIOTI, 2004; AZEVEDO, 2017; SCHEFLER, 2017).

A agricultura de base familiar, por exemplo, em razão de suas raízes históricas, encontra-se fortemente marcada por essa divisão sexual do trabalho. São nítidas e abissais as assimetrias nos papéis sociais no meio rural. Aos homens restou o reconhecimento público do trabalho produtivo, enquanto o trabalho das mulheres encontra-se em grande medida circunscrito aos domínios privados, ao cuidado do lar e da lida doméstica (BRUMER, 2004; SANTOS, 2016).

Nesse aspecto, sublinhe-se o entender de Sardenberg e Macedo (2011), segundo o qual, homens e mulheres são levados a engajarem-se em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais distintas e como consectário lógico possuem fontes diferentes de renda, distinções nas formas de acesso às instâncias decisórias e controle dos recursos materiais, tais como, terra, capital, meios de produção, crédito etc., e os recursos não materiais como poder, informação, conhecimento, educação formal, entre outros.

Trabalho realizado no ano de 2011 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), versando sobre o reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, aponta que se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens em termos produtivos e oportunidade de acesso a terra, tecnologia, produção e comercialização agrícola, poderia ser reduzida entre 100 e 150 milhões, o número de pessoas com fome no mundo. O relatório expressa ainda, que o trabalho realizado por elas resultaria em um importante crescimento econômico, sobretudo, nos países em desenvolvimento, onde se encontra a maior força de trabalho rural feminina (BRASIL, 2019).

Entretanto, muito embora se reconheça a força do legado patriarcal na reprodução das desigualdades de gênero e, por via oblíqua, na própria estruturação da pobreza, é imperioso que esse paradigma social e seus instrumentos produtores de injustiças sejam combatidos. Para tanto, é preciso, conforme destacam Schneider e Machado (2006, p. 20): “[...] reinventar formas de produção e exercício de poder que tenham as mulheres como sujeitas”.

Destarte, é possível vislumbrar no Brasil, principalmente nas duas últimas décadas, a existência de um esforço histórico, sobretudo em relação às mulheres que estão no campo, na luta pelos seus direitos – como trabalhadoras e cidadãs – e na reivindicação pelo reconhecimento dos seus espaços. É, portanto, à luz desse contexto, que este trabalho traz uma análise sobre o protagonismo feminino das mulheres da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (Coopercuc), delineando as formas como estas mulheres organizam-se produtivamente, assumindo de forma decisiva um novo lugar social em latente confrontação ao modelo de dominação patriarcal vigente. Nesse sentido, a discussão sugere as seguintes questões-problema: (i) como essas mulheres desafiam os arranjos históricos das relações patriarcais e os privilégios de gênero, reinventando formas de produção e exercício de poder? E, (ii) de que forma esse fazer histórico tem transformado a realidade que atravessa a vida dessas mulheres?

Objetivando responder a essas questões, o presente trabalho está organizado em cinco seções. A primeira seção contempla essas incursões iniciais. A segunda seção explora importantes delineamentos teóricos a

² Poema escrito em homenagem às mulheres da Coopercuc. O texto poético, de autoria de Áquila S. Almeida, foi vencedor, na Categoria melhor produção poética, do Concurso Cultural de Poesias durante o VI Festival Regional de Umu em Uauá-BA organizado pela Coopercuc.

partir das discussões sobre gênero, divisão sexual do trabalho, seguida das reflexões sobre as formas como essa divisão se acentua no meio rural. A terceira seção define a estratégia metodológica adotada para realização do presente estudo. Ademais, na seção subsequente, discute-se o protagonismo de mulheres a partir da experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA. Por conseguinte, finaliza-se com a apresentação das considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O trabalho está presente na base da atividade econômica da sociedade sendo o responsável pela produção de qualquer bem que existe e pela criação dos valores que constituem a riqueza social. Além disso, trata-se de “[...] uma categoria central para compreensão do próprio fenômeno humano-social” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 29).

Segundo Marx (2011, p. 211), o trabalho “[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. É, portanto, através dessa interação, que homens e mulheres obtêm as condições materiais de existência e reprodução da sociedade, transformando matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades (NETTO; BRAZ, 2006).

Destarte, são múltiplas as formas de organização, produção e reprodução da vida humana, assim como são múltiplas as formas em que o trabalho se constrói e se estrutura na sociedade. Nessa perspectiva, sublinhe-se a expressão divisão social do trabalho cunhada por Marx (2011) para designar a especialização das atividades presentes nas sociedades, caracterizando-as em atividades produtivas ou atividades necessárias à reprodução da vida.

Para Marx (2011), a divisão social do trabalho encontra-se umbilicalmente relacionada ao caráter específico do trabalho humano identificado em cada sociedade nos seus diversos momentos históricos. Braverman (1981, p. 71-72), em igual sentir, expressa que “[...] a divisão social do trabalho é aparentemente característica do trabalho humano, tão logo se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela”.

A esse despeito, interessante subscrever Kapp e Lino (2008), para afirmar que as atividades de produção e reprodução, que sintetizam a essência do conceito de divisão social do trabalho, representam as bases e condições de possibilidade de existência de qualquer sociedade, sendo certo que uma se relaciona intrinsecamente com a outra. “Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse [...] Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção” (KAPP; LINO, 2008, p. 13).

Entretanto, no contexto das sociedades capitalistas, apenas o trabalho que contribui diretamente para a acumulação de capital é denominado produtivo, sendo certo ainda que é esse trabalho produtivo, social e coletivo que gera a mais valia (MARX, 1987; ANTUNES, 1999). É, portanto, no contexto dessas incursões iniciais sobre a dimensão do trabalho e sua divisão social que se situa o aporte teórico da discussão específica sobre a divisão sexual do trabalho. À proposição, vale dizer, se justifica ante a existência de vasta produção teórica reforçando a pertinência da relação entre esses dois conceitos (SAFFIOTI, 1976; 1992; KERGOAT, 1996; HIRATA; KERGOAT, 2007; SOUZA-LOBO, 2011; SCHEFLER, 2017).

Sobre essa questão, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) apontam que “[...] a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Destacam ainda que essa forma de divisão social do trabalho possui dois princípios organizadores: o princípio da separação - que distingue trabalho de homens e trabalho de mulheres; e o princípio hierárquico, onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Tais princípios, que variam tanto no espaço quanto no tempo e remanescem latentes em todas as sociedades, contribuem com a estruturação da invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino, além de legitimar uma visão de mundo onde as mulheres, em razão de sua condição de gênero, ocupam um papel de subordinação (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A esse respeito, é oportuno sublinhar o aporte teórico trazido por Saffioti (1976) ao refletir que a mulher nunca foi alheia ao trabalho e em todas as épocas e lugares tem contribuído tanto para a subsistência da família quanto para a produção da riqueza social. Já nas economias das sociedades pré-capitalistas, ainda que numa perspectiva jurídica, social e política fosse vista como inferior ao homem, participava do sistema produtivo desempenhando um papel econômico fundamental, trabalhando “[...] nos campos e nas

manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 1976, p. 17).

Entretanto, sua força de trabalho sofreu historicamente um processo de marginalização que se manifestava não apenas nos obstáculos estatuídos para inviabilizar sua inserção no mercado de trabalho, mas também mediante a submissão de sua mão-de-obra a condições de trabalho inferiores. Ainda nesse conjunto de reflexões, a autora expressa que dentro do sistema produtivo capitalista:

(...) a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1976, p. 19).

Tem-se, portanto, que as mulheres encontram maiores dificuldades de inclusão no mercado produtivo, pois sua força de trabalho é socialmente desvalorizada. Ao revés da força de trabalho masculina, historicamente tomada como uma força livre, a força de trabalho feminino é sexualizada (SOUZA-LOBO, 2011).

Para Kergoat (1996), o antagonismo dessa relação entre homens e mulheres não se fundamenta em critérios biológicos, trata-se de uma construção social e ideológica fundada em relações de dominação e poder, onde o sexo masculino se sobrepõe ao feminino. Assim, a partir das preleções teóricas aqui aduzidas, é possível vislumbrar que a questão de gênero tem contribuído sobremaneira para marginalização do trabalho produtivo feminino.

Azevedo (2017) confirma essa afirmativa, ao pontuar que as discussões sobre gênero têm enfatizado o estudo sobre essa categoria analítica enquanto um elemento decisivo na instrumentalização da desigualdade entre homens e mulheres. Sendo necessário, perscrutar as construções teóricas que problematizam tal conceito.

Segundo Scott (1995), o núcleo da definição de gênero se assenta em duas proposições: (i) o gênero é um componente essencial das relações sociais fundadas nas diferenças entre os sexos; e (ii) uma forma de dar sentido às relações de poder, ou dito noutros termos, “(...) é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

A autora expõe que a partir dessas duas proposições de gênero é possível perceber como se estrutura a organização concreta e simbólica de toda a vida social e a esse propósito arremata que o gênero é uma poderosa categoria analítica que nos “(...) fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (ibidem, p. 89). Tal abordagem teórica dialoga com Saffioti (1992), segundo o qual, o gênero está relacionado à trama das relações sociais e de poder. Nessa perspectiva, portanto, remanesce evidente o caráter social das diferenças entre os sexos.

Ademais, é de se inferir nesse sentido, que as relações de gênero são fluídas e podem variar nos diversos momentos históricos e nas diferentes sociedades. Analisar essas relações ajuda a compreender a sobreposição hierárquica historicamente imposta do masculino sobre o feminino, não apenas do ponto de vista simbólico, mas, sobretudo, no âmbito da ação prática social (KERGOAT, 1996; AZEVEDO, 2017).

Além disso, a partir desse espectro teórico é possível também verificar que a noção de gênero organiza e legitima a divisão sexual do trabalho, evidenciando-se esse sistema como um instrumento de dominação e de exploração das mulheres na medida em que “(...) produz e reproduz assimetrias entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero e dominação” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 174), estando essa subordinação e desigualdade das mulheres não apenas circunscrita ao mercado de trabalho, mas às diversas dimensões da vida social (HIRATA; KERGOAT, 2007; SARDENBERG; MACEDO, 2011; SCHEFLER, 2017).

2.2. SITUANDO O DEBATE TEÓRICO SOBRE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL

A par dos pressupostos teóricos expressos, compete agora situar essa discussão em um espaço específico: o meio rural. Não se considera, entretanto, que a construção teórica aqui empreendida seja insuficiente para a análise das assimetrias existentes entre homens e mulheres no contexto de suas atuações no campo, na verdade, o fracionamento dessa discussão em tópico específico se assenta nas seguintes e objetivas razões: (i) trata-se de opção estratégica que permitirá alinhar com maior precisão o debate sobre gênero e divisão sexual do trabalho aos objetivos dessa investigação que tem um locus pré-definido, as mulheres do meio rural; e (ii) a necessidade de reconhecimento dos contextos rurais em suas especificidades, uma vez que são essencialmente próprias as condições e os modos de vida das mulheres que vivem nesses espaços.

Destarte, a sociedade estruturada na divisão sexual do trabalho hierarquiza o trabalho de acordo com o sexo de quem o realiza, atribuindo maior relevância e valorização ao trabalho masculino em detrimento do trabalho feminino, ora, mascarado e subvalorizado. Essa desigualdade faz parte de um construto histórico que organiza as práticas sociais (econômicas, políticas) em todas as sociedades humanas conhecidas (SAFFIOTI, 1976; HIRATA; KERGOAT, 2007; SOUZA-LOBO, 2011; SCHEFLER, 2017).

A realidade social do meio rural não escapa a essa facticidade histórica. O caráter produtivo do trabalho feminino nesse contexto é igualmente invisibilizado e subvalorizado. O sistema de dominação e exploração fundado na divisão social do trabalho que opera em desfavor de mulheres, atravessa as mulheres trabalhadoras rurais em duas dimensões: uma de gênero e outra de classe, e resvala tanto na esfera da vida privada como também nas esferas da produção e reprodução da vida social (SAFFIOTI, 2004; SANTOS, 2016).

Para a análise desse contexto no mundo rural, toma-se como marco referencial, o trabalho desenvolvido por mulheres rurais na agricultura familiar. Tem-se que, o termo agricultura familiar contempla um vasto campo de conotações, sendo certo ainda que essa multiplicidade de conceitos – que coloca em jogo um conjunto diverso de racionalidades – tem sido ricamente discutido em meio à teoria social contemporânea, não existindo até então, uma definição rigorosa e consensual a despeito dessa categoria social.

Numa rápida digressão histórica, vale sublinhar, antes da década de 1990, que as referências à agricultura familiar eram quase inexistentes. O surgimento da expressão somente veio a se consolidar em decorrência das lutas do movimento sindical pelo reconhecimento dos trabalhadores rurais enquanto sujeitos de direitos. Tal circunstância histórica, aliada à fertilidade dos estudos acadêmicos voltados à análise desse conceito, contribuiu sobremaneira para a projeção teórica, bem como, o reconhecimento e legitimidade social desse segmento (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Ainda a esse respeito, interessante referenciar Schneider e Niederle (2008), que propõem uma discussão teórica sobre a agricultura familiar, reforçando a polarização entre duas formas sociais que se organizam sob relações de trabalho e da produção familiar, a saber: camponeses e agricultores familiares.

Para os autores:

O que há de comum entre ambas noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 38).

Vê-se, portanto, que as características, modos de existência e formas de reprodução desses dois grupos sociais atendem a traços socioculturais e a uma racionalidade econômica que não se equivalem. Nesse sentido, Schneider e Niederle (2008, p. 40) expressam que a distinção substancial entre essas duas categorias “(...) assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais de trabalho que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho”. Os autores identificam ainda um maior envolvimento social, econômico e mercantil do

agricultor familiar, além de uma integração efetiva e dependente, em relação à sociedade que lhe engloba (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Nessa perspectiva de construção conceitual, Abramovay (1992, p. 22 e 127) traz uma contribuição importante. Para o autor, na sociedade moderna, a agricultura familiar representa uma forma de produção "(...) altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho".

Vê-se, portanto, apoiando-se no que expressam os teóricos acima referenciados, que as atividades econômicas da agricultura familiar se determinam a partir de distintas lógicas que contemplam tanto valor cultural e simbólico, como também uma lógica de produção relacionada ao que demanda o mercado.

Por outro lado, Wanderley (1996, p. 2-3) traz uma abordagem teórica que identifica a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas:

[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Tomando o substrato teórico desse conceito como referência, imperioso ressaltar que todas as formas de exploração familiar não podem estar contempladas em único modelo, sobretudo, em de se considerar a diversidade e heterogeneidade das formas familiares de organização do trabalho e produção presentes no meio rural brasileiro.

Outro aspecto decisivo para a formação do conceito de agricultura familiar encontra-se consubstanciado na delimitação jurídico-formal estatuída através do Decreto nº. 3.991, de 30 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Tal dispositivo legal considera agricultor familiar:

(...) todos aqueles que explorem e dirijam estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceleiros, desenvolvendo naqueles estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; II - utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; III - obtenham renda familiar originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento; IV - residam no próprio estabelecimento ou em local próximo (BRASIL, 2001).

Essa delimitação legal do conceito de agricultor familiar inclui ainda:

(...) aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2001).

Ao que se infere, portanto, tal conceito combina critérios como tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva, contemplando, assim, uma diversidade de situações. Entretanto, apesar de ser diversa em suas tipologias, para efeito de uma definição geral, a agricultura familiar que se compreende até aqui, corresponde a uma distinta forma de organização produtiva, sustentada através das relações entre membros de uma mesma unidade familiar,

onde a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Além disso, os agricultores familiares encontram-se integrados ao mercado e orientados à constituição de um patrimônio que garanta a reprodução de sua família e sua relativa autonomia (VEIGA, 1995; WANDERLEY, 1996; NEVES, 2012).

Destarte, em razão de suas raízes históricas e das condições de trabalho serem articuladas com base em relações familiares, a agricultura familiar é fortemente marcada pelas relações de gênero e, como consectário lógico, pelos valores relacionados à divisão dos papéis socialmente definidos, que reproduzem a superioridade econômica, política e moral do homem sobre a mulher e desvalorização do caráter economicamente produtivo do trabalho feminino (BRUMER, 2004; SANTOS, 2016).

Nesse sentido, Santos (2016, p. 334) destaca que:

A organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, numa relação de continuidade entre consumo e produção, absorvendo mulheres, homens, crianças e idosos, com base principalmente na divisão sexual do trabalho. A centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída.

No que concerne, portanto, as atividades realizadas pelas famílias produtoras, o espaço doméstico é designado como o lugar de referência do trabalho da mulher, por outro lado, atribui-se ao homem a responsabilidade pelo trabalho produtivo desenvolvido na agricultura. Essa é, em verdade, uma realidade que atravessa tempos. Arendt (2008), refletindo sobre a anulação da figura feminina no contexto do trabalho produtivo destaca que desde a antiguidade grega as mulheres ficavam presas à esfera doméstica relacionada ao universo das necessidades, reprodução e manutenção da vida, enquanto aos homens reservava-se a esfera das atividades políticas.

Há de se inferir nesse contexto, que o processo de exclusão das mulheres das atividades produtivas não acontece naturalmente, trata-se de uma invisibilidade socialmente construída, cuja persistência histórica contribui para a manutenção das relações desiguais de gênero que, ao que se disse, igualmente se reproduzem de forma consistente no meio rural.

Brumer (2004) especifica dois aspectos que explicitam a divisão do trabalho estabelecido entre homens e mulheres rurais: (i) o primeiro diz respeito à existência de uma unidade de produção que reúne a força de trabalho de todos os membros da família com vistas ao benefício de todos e que aproxima unidade de produção à unidade de consumo; e (ii) o segundo aspecto se assenta na existência de um modelo de sociedade patriarcal, que atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Isso implica no não reconhecimento da força de trabalho empreendida pelas mulheres, mesmo que estejam envolvidas em diversas atividades produtivas, sobretudo, aquelas que demandam esforço físico.

Abramovay e Silva (2000, p. 349) reforçam essa ideia pontuando que:

(...) subestimam-se e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, na medida em que grande parte dessas mulheres trabalha ajudando a unidade familiar, sem uma remuneração específica. Os trabalhos considerados ajuda são tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não tem valor por si mesmo, mas contribuem para a produção geral da força do trabalho.

Vê-se, portanto, que no mundo rural, o trabalho das mulheres escapa à esfera privada, uma vez que, elas também realizam atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, a exemplo de atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos. Nesse sentido, são duplamente injustiçadas, já que sua força de trabalho além de invisibilizada, muitas vezes, é concebida como ajuda ou ainda enquanto extensão do trabalho doméstico (ABRAMOVAY; SILVA, 2000; BRUMER, 2004).

Remanesce, portanto, evidenciado, que no contexto rural persistem ainda as condições de opressão permeada pela relação de dominação e exploração em desfavor das mulheres agricultoras, sendo certo ainda que seu trabalho produtivo é, em grande medida, tornado invisível socialmente.

3. METODOLOGIA

Para dar consecução ao presente estudo, adotou-se como estratégia metodológica, a realização de uma pesquisa científica com base qualitativa, construída a partir de análises bibliográfico-documental. Assim, em conformidade com a abordagem metodológica utilizada, a pesquisa se debruçou nas seguintes etapas: (i) delimitação da temática, objeto de estudo e dos seus objetivos; (ii) escolha das fontes de dados; (iii) eleição das palavras-chave para busca; (iv) busca e armazenamento dos resultados; (v) seleção do material de acordo com os critérios de inclusão e exclusão; (vi) extração dos dados do material selecionado; (vii) avaliação do material escolhido para análise; e, por fim, (viii) síntese e interpretação dos dados colacionados na pesquisa (AKOBENG, 2005 apud COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

A delimitação da temática sob investigação levou em consideração a pertinência da discussão sobre as abordagens de gênero, o protagonismo e resistência das mulheres no contexto do Semiárido. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica ancorada em referências teóricas que trazem uma análise crítica sobre as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos no meio rural, além das interfaces do sistema patriarcal dominante e a força do seu legado histórico na estruturação das relações de dominação-exploração-opressão operadas em desfavor das mulheres.

Em relação às fontes consultadas para compor a pesquisa em apreço, foram utilizados como lastro referencial livros já publicados disponíveis em biblioteca convencional e versando sobre a temática em estudo, bem como materiais bibliográficos (artigos, periódicos, revisões, dissertações, teses) indexados nas principais bases eletrônicas como EBSCO, ERIC, Gale, JSTOR, SAGE, Science Direct, SCOPUS, Banco de Teses da CAPES, Periódicos CAPES, SciELO, Google Scholar etc., material disponível em sítios eletrônicos, além de documentos constantes na base de dados (secundários) da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.

Quanto aos dados coletados na pesquisa, realizou-se uma análise descritiva e, portanto, qualificativa, sobre eles. A abordagem qualitativa busca trabalhar com dada realidade, processos e fenômenos a partir de um universo de símbolos, valores, aspirações e motivos. Tal abordagem possibilita ao pesquisador a imersão nas circunstâncias e contexto da realidade sob investigação, sobretudo na busca dos seus sentidos. Sua utilização na presente investigação faz-se indispensável de se considerar que o tema pesquisado demanda um estudo fundamentalmente interpretativo (MINAYO, 2003; FLICK, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação à escolha do procedimento para a análise do material coletado, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo a partir dos pressupostos metodológicos de Bardin (2006), objetivando assim, obter uma interpretação aguçada, pertinente e adequada da problemática pesquisada à luz das teorias e conceitos norteadores dessa investigação científica. Nesse sentido, portanto, a análise de conteúdo foi dividida em três etapas: (i) organização do material a ser analisado, seguido da sistematização das ideias; (ii) exploração do material coletado e organizado; e (iii) tratamento dos resultados obtidos através de inferências e interpretação do seu conteúdo (BARDIN, 2006).

4. A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ-BA (COOPERCUC)

4.1. UM BREVE EXCURSO HISTÓRICO

Tem-se que a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, entidade com base territorial localizada na região do Semiárido baiano, nos municípios de Canudos, Curaçá e Uauá-BA, nasceu do trabalho empreendido por religiosas da igreja católica nas comunidades rurais dos apartados municípios de Curaçá, Uauá e Canudos, que no final da década de 1980, se articulavam na região objetivando concitar a participação das mulheres rurais em atividades de geração de renda e nas decisões políticas, além de estimular esses coletivos a explorarem as potencialidades do Semiárido, sobretudo, através do aproveitamento de frutas nativas do sertão (SILVA, 2010; LASA, 2013; COOPERCUC, 2019a).

Inicialmente, as atividades envolviam as mulheres na produção artesanal de iguarias derivadas do umbu, no intuito de fortalecer a segurança alimentar de suas famílias. Com o tempo, esses experimentos e saberes passaram a ser compartilhados entre as comunidades mediante encontros organizados pelas mulheres, surgindo, assim, o “Grupo Unidos do Sertão”, que contava com a participação de 30 comunidades - envolvendo mais de 100 pessoas. Os produtos produzidos ainda de forma incipiente pelo grupo começaram a ser comercializados em feiras municipais (SILVA, 2010; LASA, 2013; COOPERCUC, 2019a).

A Coopercuc somente viria a ser legalmente constituída a partir de junho de 2004 com a perspectiva de organizar toda a produção dos agricultores familiares envolvidos no processo de beneficiamento e

comercialização. Destaque-se, nesse sentido, as contribuições do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e do Programa de Convivência com o Semiárido nos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá (PROCUC), que realizaram um contundente trabalho de base nas comunidades que integram a área de atuação da cooperativa, através da realização de capacitações das famílias e formações de suas organizações representativas (SILVA, 2010).

Atualmente, a Coopercuc articula 16 grupos de produção e conta com 271 cooperados. Conforme se infere da tabela a seguir, o número de adesões de cooperadas mulheres é bastante significativo, essas representam quase 70% da composição do quadro social da cooperativa (COOPERCUC, 2019a; COOPERCUC, 2019c).

Tabela 1- Adesões de Cooperados na Coopercuc (2004-2019)

Período	Adesão de mulheres	Adesão de homens	Total de adesão de cooperados
jun/04	24	20	44
dez/04	11	5	16
mar/07	6	3	9
mar/08	21	12	33
mar/09	28	7	35
mar/10	2	0	2
mar/11	30	6	36
mar/12	19	5	24
mar/13	22	16	38
mar/14	3	4	7
mar/15	11	2	13
mar/16	3	8	11
mar/17	1	2	3
mar/18	0	0	0
mar/19	0	0	0
Total de Cooperados	181	90	271

Fonte: Livros de Atas da COOPERCUC. Elaboração dos autores.

4.2. A COOPERCUC COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO

A Coopercuc foi constituída com a missão de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar visando à produção ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e solidária, contribuindo com a melhoria das condições de vida sustentável das comunidades rurais nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC, 2019a).

Nesse sentido, a cooperativa tem pautado seu trabalho considerando quatro eixos fundamentais: (i) social, através da busca pela melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares, redução da pobreza e da miséria no meio rural; (ii) ambiental, considerando a perspectiva de uso, conservação e preservação de recursos naturais, principalmente do bioma caatinga; (iii) cultural, mediante à produção de novas formas de relação que os homens e mulheres estabelecem entre si e com o meio ambiente natural e social; e (iv) econômico, fomentando a geração e distribuição de renda através de alternativas de produção apropriadas e solidárias (SOUZA, 2012).

Assim, a cooperativa vem desenvolvendo a autoadministração e gestão cooperativista em torno da organização, beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar utilizando, em especial, produtos advindos do extrativismo de plantas nativas da caatinga, mediante a produção de doces,

geleias, polpas, compotas e outros, com grande aceitação nos mercados nacional e internacional (COOPERCUC, 2019b).

Imperioso destacar, nesse contexto, que desde a sua gênese formativa, a Coopercuc é pautada pela estratégia de transformação produtiva dentro de uma lógica de desenvolvimento orientada pelos princípios da convivência com o Semiárido que, segundo Silva (2006), são formas de articular, experimentar, vivenciar e fortalecer processos e dinâmicas territoriais nas diversas dimensões da sustentabilidade.

Para o referido autor, essa convivência:

(...) expressa uma percepção na complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas, por meio do incentivo às atividades econômicas apropriadas e a sustentabilidade ambiental. É uma nova percepção que retira as "culpas" atribuídas às condições naturais, e enxerga o espaço semi-árido com suas características próprias, seus limites e potencialidades (SILVA, 2006, p. 225).

Tem-se, portanto, que a Coopercuc é resultado de um processo de aprender a conviver com o Semiárido, que se constitui em uma territorialidade que se transforma, cria e reinventa formas de convivência entre seres humanos e a natureza, tanto em suas relações sociais quanto produtivas. É nesse cenário, portanto, de construção de um novo paradigma de desenvolvimento para o Semiárido, que uma variedade de experiências, saberes e práticas foram vivenciadas e aplicadas na construção de um projeto de sociedade que transforma a realidade do Semiárido e cotidianamente a vida das pessoas, sobretudo, a vida das mulheres, afinal, a Coopercuc não escapa de ser a idealização de um modelo de desenvolvimento no Semiárido onde as mulheres são protagonistas (ALVES, 2010; SILVA, 2010; SCHISTEK, 2013; LINS et al., 2019).

4.3. O PAPEL DAS MULHERES NO PROCESSO PRODUTIVO E NA COMPOSIÇÃO DIRETIVA DA COOPERCUC

Urge destacar na dicção do que expressa Schistek (2013), que a abordagem de gênero se apresenta como uma discussão fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento no Semiárido, sobretudo, porque busca refletir sobre as relações históricas construídas culturalmente entre homens e mulheres e de como essas relações – que colocam mulheres numa posição de subordinação e opressão em relação aos homens – se reproduzem na sociedade. O desafio que desponta nesse processo é trabalhar uma nova concepção dessas relações de gênero – construída a partir de três grandes imperativos principiológicos: igualdade, equidade e justiça – que reconheçam o lugar social das mulheres na tomada de decisões, na construção de políticas de desenvolvimento, ou seja, que entendam as mulheres enquanto sujeitas de transformação social (SCHISTEK, 2013).

Na experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental em todo processo cooperativista. São elas que lideram os processos de produção, beneficiamento, comercialização, gestão e administração da cooperativa. Como é característico das mulheres do Semiárido brasileiro, as mulheres da Coopercuc são, portanto, protagonistas do seu fazer cotidiano, onde acumulam as atividades reprodutivas e produtivas, fortalecendo a formação dos grupos produtivos e a auto-organização, que se baseia no trabalho associado à produção e comercialização de seus produtos, construindo, assim, processos de mobilização de pessoas e saberes que resultam formação de novos sujeitos sociais (LASA, 2013; CHACON; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR, 2015).

Da composição do seu quadro social quase 70% dos seus cooperados são mulheres que, resistindo às amarras e opressões históricas ainda vigentes, conseguiram assumir o protagonismo social, econômico e político de um empreendimento que se apresenta como uma potente alternativa econômica para inúmeras trabalhadoras rurais na região do Semiárido (COOPERCUC, 2019a; COOPERCUC, 2019d).

Mesmo invisibilizadas, silenciadas pela cultura societária machista dominante, desconstruindo o conceito criado socialmente sobre seu lugar na sociedade e em contraposição a um processo histórico de exclusão social, político e econômico, essas mulheres se organizaram coletivamente e, no enfrentamento às

questões seculares de gênero, assumiram relevante protagonismo no âmbito das atividades produtivas relacionadas à geração de renda e ao desenvolvimento econômico social no campo (SAFFIOTI, 1976; KERGOAT, 1996; SOUZA-LOBO, 2011; SCHEFLER, 2017; COOPERCUC, 2019a; LINS et al., 2019).

Tem-se que a base produtiva da Coopercuc se estrutura através de grupos de produção distribuídos em diversas comunidades rurais nos municípios de sua área de atuação. Esses grupos respondem pela realização do processo de coleta das frutas na caatinga, pelo beneficiamento, embalagem dos produtos e comercialização. Nesse contexto organizativo, as mulheres ocupam múltiplas funções assumindo quase que hegemonicamente o processo de produção de alimentos e demais etapas produtivas, além de contribuírem com a gestão das unidades de beneficiamento (LASA, 2013; COOPERCUC, 2019a).

Entretanto, o caráter incisivo desse protagonismo não se limita à participação no processo produtivo, mas igualmente resvala no campo político através da assunção de papéis decisivos e ocupação de espaços de poder, ao que se infere da composição histórica do quadro social e diretivo da cooperativa que desde a sua fundação observou os critérios de distribuição paritária (COOPERCUC, 2019c).

Em 2016, doze anos após a sua constituição jurídico-formal, a Coopercuc elegia a primeira mulher presidenta da entidade, Denise Cardoso dos Santos, uma mulher negra, vinda de uma comunidade de Fundo de Pasto (Caladinho), do interior do município de Curaçá-BA. No ano de 2019, Denise Cardoso conquistou a reeleição para o exercício do seu segundo mandato à frente da gestão política e administrativa da cooperativa (COOPERCUC, 2019a; ASA, 2016). O fato de ser mulher não a impediu de assumir a presidência da cooperativa e ao assim fazer, rompeu com uma condição que lhe foi imposta social e culturalmente de resignar-se à sujeição histórica que a colocava em um lugar social marginal, distante de espaços políticos decisivos.

Assim, é de se inferir, que o protagonismo de mulheres na Coopercuc representa uma contundente oposição a um processo histórico de exclusão de gênero. Ao se organizarem na busca por liberdade, questionando sua própria condição de mulher e os papéis sociais que lhe foram aferidos, transformaram a realidade imposta pela classe dominante e desconstruíram uma ideologia patriarcal que lhes negavam a atuação em determinados espaços de poder (BEAUVOIR, 1970).

Outrossim, estudos que se dedicaram a analisar a experiência da Coopercuc como uma estratégia de desenvolvimento no Semiárido, apontam para mudanças na situação econômica das famílias desse território e um avanço significativo na melhoria da qualidade de vida dos grupos que compõem a força produtiva básica da cooperativa (ALVES, 2010; SILVA, 2010; FAGUNDES; FAGUNDES, 2018).

Nesse sentido, os dados quantitativos colacionados por Fagundes e Fagundes (2018) evidenciando que os cooperados mudaram suas vidas pelo aumento significativo de renda, circunstância que favoreceu a emancipação desses grupos frente à pungência das condições sociais e econômicas que atravessam a região do Semiárido nordestino.

A aportada pesquisa levantou a condição de bem-estar dos associados a partir das aquisições de bens de consumo e bens duráveis. O televisor (74,65%) e o refrigerador novo e mais espaçoso (67,61%) foram os itens mais adquiridos, acompanhados da antena parabólica (62,68%) e a conquista da reforma e ampliação da residência própria (54,93%). Outro aspecto relevante destacado pelos pesquisadores, diz respeito à regularidade da renda auferida pelos cooperados, em contraposição a um padrão anteriormente estabelecido onde a renda advinha da realização de serviços sazonais em período de plantio e colheita (FAGUNDES; FAGUNDES, 2018).

Nesse contexto, e considerando que as mulheres constituem a maior força produtiva da Coopercuc, o trabalho empreendido por elas traz como consectário lógico um nítido fortalecimento no processo de emancipação econômica, colocando essas mulheres na condição de provedoras de seu próprio sustento e do grupo familiar a que se vincula. Para confirmar a relevância dessa percepção sobre os efeitos sociais e econômicos operados na vida das mulheres através das estratégias de desenvolvimento sustentável incorporada pela Coopercuc, imperioso sublinhar o fazer histórico de uma das mais importantes lideranças na militância pela agricultura familiar da região do Semiárido baiano, Juvita Gonçalves da Cruz, natural de Uauá e uma das precursoras históricas da Coopercuc.

A atuação de Juvita Gonçalves da Cruz está fortemente relacionada à luta pela água, pelo trabalho no campo como fonte de renda na perspectiva do aproveitamento e beneficiamento do umbu. Em depoimento concedido à Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia, ao falar sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas implantadas para transformação da agricultura familiar na região, destaca:

A agricultura familiar para mim significa felicidade, porque eu criei meus filhos pela agricultura familiar. Graças a Deus meus filhos cresceram, se formaram, tudo de meu trabalho na agricultura (...) A mensagem que eu deixo para os agricultores familiares é que eles não deixem a agricultura familiar cair, não deixem a roça, não vendam suas terrinhas. A roça é vida, a terra é vida (SDR, 2019).

Ao que se vislumbra, nesse sentido, no processo de organização coletiva, as mulheres rurais se aliam à luta social na defesa de seus territórios, de políticas públicas e por direitos. Apostam nas potencialidades do Semiárido e entendem que é possível produzir contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar através da produção ecológica e economicamente viável (CHACON; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR, 2015).

Importa sublinhar ainda, que a organização da produção e da comercialização da Coopercuc está diretamente ligada à formação política coletiva. A ação dos movimentos de mulheres na defesa de políticas públicas que levem em conta as demandas de gênero e que fomentem o empoderamento político e econômico feminino contribuiu sobremaneira com o fortalecimento do papel produtivo e organizativo das mulheres rurais (SILVA, 2010; COOPERCUC, 2019a).

Nesse aspecto, dois elementos foram fundamentais para o fortalecimento do protagonismo de mulheres na Coopercuc, o trabalho das organizações sociais que atuam no território do Semiárido e a execução de políticas públicas de convivência com o Semiárido e fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) [SILVA, 2010; LASA, 2013; LINS et al., 2019].

4.4. AS MULHERES E O FUTURO DA COOPERCUC

Por outro lado, um desafio que desponta para a cooperativa atualmente, é encontrar novos caminhos para impulsionar os jovens a se inserirem nos espaços de debate e atuação, para que possam conhecer melhor sua realidade e se sintam pertencentes aos processos de transformação do Semiárido. Nessa perspectiva, o entender de Schistek (2013), segundo o qual, a discussão sobre geração, a partir dos princípios da convivência com o Semiárido, é sobremodo relevante, pois traz a possibilidade de se trabalhar novos rumos para a educação e a organização coletiva, bem como concitar a juventude a participar de forma efetiva na construção e na implementação de políticas públicas sociais e inclusivas.

Nesse sentido, a Coopercuc tem elaborado projetos para inserir os jovens no dia a dia da cooperativa, no intuito de permitir que esses jovens possam vivenciar a vida da entidade em torno da produção, beneficiamento, administração, comercialização, formação e comunicação, passando por todos os setores. Essa iniciativa visa contribuir com a renovação do quadro social e dirigente da cooperativa, com a redução da migração da juventude e com o maior engajamento da mesma nas causas e lutas da agricultura familiar do Semiárido (SILVA, 2010; ASA, 2016).

Ainda a esse propósito, vale ratificar que a consolidação dos grupos de produção dentro de uma estratégia de convivência com o Semiárido está voltada não apenas para criar uma alternativa de geração de renda como também para buscar soluções para determinados problemas sociais (luta pela água de beber, água de produção, energia elétrica na comunidade, educação de qualidade, acesso à saúde, entre outros), que atravessam a realidade do Semiárido (CHACON; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR, 2015).

Por fim, tem-se que o papel decisivo das mulheres da Coopercuc, na organização do território das comunidades onde atuam e nas formas de produzir, perpassa por um movimento de transformação que atravessa décadas, entretanto, tem se mostrado demasiado efetivo e operado transformações sociais importantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas nesse estudo voltam-se para o protagonismo de mulheres na Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), sobretudo, as formas como essas mulheres organizam-se produtivamente em manifesta oposição a um processo histórico de opressão e exclusão de gênero.

A experiência coletiva de articulação de mulheres frente à Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, evidencia-se como uma força-motriz no processo de ressignificação dos papéis sociais

historicamente pré-estabelecidos que reproduzem a superioridade econômica, política e moral do homem sobre a mulher e a desvalorização do caráter economicamente produtivo do trabalho feminino.

A práxis revela ainda que essas mulheres agricultoras além de ocuparem o espaço doméstico – historicamente designado como o lugar de referência do trabalho feminino – lideram todas as etapas produtivas do trabalho desenvolvido na cooperativa, respondendo, inclusive, pela gestão das unidades de beneficiamento. Além disso, participam de forma incisiva da gestão, administração e direção da Coopercuc, ocupando para tanto, espaços políticos e decisivos importantes.

Nesse sentido, portanto, ao desafiar os arranjos históricos das relações patriarcais e os privilégios de gênero, reinventando formas de produção e exercício de poder que as reconheçam enquanto sujeitas e agentes políticas e sociais, as mulheres da Coopercuc assumem um fazer histórico onde são protagonistas. E assim, acumulando as atividades reprodutivas e produtivas, fortalecendo a formação dos grupos produtivos e a auto-organização, constroem processos de mobilização de pessoas e saberes que resultam na transformação da realidade social que lhes atravessa.

Outrossim, ao trabalharem dentro de uma lógica produtiva orientada por uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semiárido, através da produção ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e solidária, que contribua com a melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares, com a redução da pobreza e da miséria no meio rural, propõem outra perspectiva para a dimensão do trabalho realizado no campo. Perspectiva que distingue a força produtiva capitalista que prevê a mais-valia e o lucro para uma minoria em detrimento da exploração da força de trabalho de uma grande maioria socialmente mais frágil.

Apesar da opressão histórica, vê-se que as mulheres seguem construindo formas cotidianas de resistência sendo múltiplos os enfrentamentos travados, sobretudo, no que concerne à luta pelo reconhecimento do seu lugar social. É, portanto, a partir desse fazer histórico, que essas mulheres rurais evidenciam a importância de coletivamente oporem-se aos instrumentos que reproduzem iniquidades sociais e que legitimam as desigualdades de gênero.

Assim, resta o desafio de aprender com elas, reconhecendo a força simbólica de suas atuações no campo em suas múltiplas dimensões, social e política. Bem como, seus modos de vida e resistência, reconhecendo, para tanto, a importância do papel que desempenham frente à pungência de um modelo de sociedade ainda patriarcal e sexista que tanto explora, marginaliza e oprime mulheres em razão de sua condição de gênero.

REFERÊNCIAS

- [1] ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). Trabalho de gênero: mudanças, persistências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 347-375.
- [2] ABRAMOWAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- [3] ALVES, Carmen de Almeida. Agricultura familiar e gestão de custos: um estudo de caso na região do semi-árido baiano. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade de São Carlos, Araras, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/92>. Acesso em: 05 out. 2019.
- [4] ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- [5] ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- [6] ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. Nós mulheres devemos ocupar novos espaços. O Candeeiro. Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Ano 10, nº 2201, 2016. Disponível em: https://asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=9782&start=35. Acesso em: 15 out. 2019.
- [7] AZEVEDO, Eulália Lima. Gênero e outras dimensões do social: a interseccionalidade sustenta um novo ponto de visão. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes N. (Org.) Caderno de Textos. Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.
- [8] BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70: LDA, 2006.
- [9] BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 4 ed. Editora. Difusão Europeia do Livro, São Paulo 1970.

- [10] BRASIL. Decreto n.º 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF 30 de outubro de 2001. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- [11] BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mulheres rurais. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.http://agricultura.gov.br/mulheresrurais>. Acesso em: 17 out. 2019.
- [12] BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- [13] BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n., 2004, p. 205-227. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acesso em: 25 set. 2019.
- [14] CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; LIMA JÚNIOR, José Ferreira. Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015.
- [15] COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Nossa História. Disponível em: <http://www.coopercuc.com.br/quem-somos/nossa-historia>. Uauá, 2019a. Acesso em: 05 out. 2019.
- [16] COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Produtos. Disponível em: <http://www.coopercuc.com.br/produtos/catalogo-de-produtos-gravetero>. Uauá, 2019b. Acesso em: 05 out. 2019.
- [17] COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Livros de Atas. Uauá, 2019c. Acesso em: 15 out. 2019.
- [18] COOPERCUC. Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Integrantes Uauá, 2019d. Disponível em: <http://www.coopercuc.com.br/quem-somos/integrantes/>. Acesso em: 15 out. 2019.
- [19] COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 55-70.
- [20] FAGUNDES, José Paulo; FAGUNDES, Lisandra Zorzella. O desenvolvimento local e a economia sustentável: estudo de caso de uma cooperativa. In: Simpósio da Ciência do Agronegócio, 6º, 2018, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cienagro/wp-content/uploads/2018/10/O-Desenvolvimento-Local-e-a-Economia-Sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.
- [21] FLICK, Uwe. Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- [22] GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- [23] HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em 25 set. 2019.
- [24] KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na cozinha dos modernos. In: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, vol. 15, n.º 16, Belo Horizonte, 1º sem. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/6473998/Na_cozinha_dos_modernos. Acesso em: 27 set. 2019.
- [25] KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques et al. (Org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 19-27.
- [26] LASA, Cláudio Gustavo. Cooperativismo no Semiárido nordestino: a experiência da cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC. Cartilha Programa Semear. Território Sertão do São Francisco, Bahia (BA), Brasil, abril 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/34658259-Cooperativismo-no-semiarido-nordestino-a-experiencia-da-cooperativa-agropecuaria-familiar-de-canudos-uaua-e-curaca-coopercuc.html>. Acesso em: 15 out. 2019.
- [27] LINS, Luama Soraia Coelho, et al. Desenvolvimento sustentável no semiárido: a experiência da Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos. In: SILVA, Clayton Robson Moreira da. (Org.). Administração, empreendedorismo e inovação v. 3, Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/administracao-empendedorismo-e-inovacao-3>. Acesso em: 05 out. 2019.
- [28] MARX, Karl. Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Bertrand Brasil, v. 1, 1987, p. 384-406.
- [29] MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Volume 1. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- [30] MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

- [31] NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.
- [32] NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- [33] SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.
- [34] SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- [35] SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- [36] SANTOS, Nilma Angélica dos. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. In: Revista Políticas Públicas. São Luís, Número Especial, p. 331-337, novembro de 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp331-338> Acesso em: 03 nov. 2019.
- [37] SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Org.). Ensino e gênero: Perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011, p. 33-48.
- [38] SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Patriarcado: herança maldita no caminho das mulheres. In: Caderno de Textos. Novos olhares, novos tempos: Fortalecendo e ampliando as políticas públicas para as mulheres da Bahia. Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Salvador: 2017.
- [39] SCHNEIDER, Liana; MACHADO, Charliton José dos Santos. (Org.) Mulheres no Brasil: resistências, lutas e conquistas. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2006.
- [40] SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Brasília. In: IX Simpósio Nacional sobre Cerrados e II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, 2008.
- [41] SCHISTEK, Haroldo. O Semiárido brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Ednir Oscar. (Org.). Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 41-55.
- [42] SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade. v. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 28 set. 2019.
- [43] SDR, Bahia. Juvita Gonçalves da Cruz, é umas das lideranças da agricultura familiar na Bahia. Salvador, 26 nov. 2019. Instagram: @srdbahia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5TjKHKIY3o/>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- [44] SILVA, Débora Rodrigues da. Redes de economia solidária e comércio justo: o caso da Cooperativa Agropecuária Familiar, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) no semiárido baiano. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal da Bahia Escola de Administração, Salvador, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19629>. Acesso em: 05 out. 2019.
- [45] SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: 03 out. 2019.
- [46] SOUZA, Juassara Dantas. História de desafios e conquistas: Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Caatinga/Apresentacoes/11%20-%20Apresentacao%20Jussara%20-%20Coopercuc.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.
- [47] SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 2011.
- [48] VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. Reforma Agrária, v. 25, n. 2-3, mai-dez. 1995, p. 128-141.
- [49] WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG, out. 1996.